

O Testemunho como Janela:

O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro

Relatório Final de Pesquisa

Relatório Final do Projeto de pesquisa apresentado para concorrer ao edital 38/2013: Programa “Apoio ao estudo de temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos – 2013” (CEV-RJ/FAPERJ)

Coordenador: Dr. Marcos Luiz Bretas (PPGHIS/UFRJ)

Dr. Jean Sales Rodrigues (UFRRJ)

Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)

Objetivos da pesquisa

Este projeto se propôs a reconstituir, a partir de um universo documental específico, limitado, acessível e ainda inédito para a pesquisa historiográfica (os processos avaliados pela Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro), simultaneamente, o perfil dos atingidos pelas ações repressivas e a própria estrutura do aparato repressivo local e regional no Estado do Rio de Janeiro durante o Regime Civil-Militar instalado em 1964, objetos pouco ou nada observados até hoje na pesquisa sobre o regime.

Propomos uma investigação que tome os testemunhos de atingidos como um ponto de partida, que possibilita abrir um leque grande de possibilidades de pesquisa sobre o Regime Civil-Militar. As duas dimensões propostas são acessíveis por meio deste corpus documental. Este material, do qual constam depoimentos dos requerentes e documentos comprobatórios dos fatos narrados, permite ter acesso àqueles que foram objeto das ações repressivas no Estado do Rio de Janeiro desde os primeiros dias do Regime Ditatorial e permite a construção de seus perfis político e sociológico, um universo grande e ainda desconhecido de pessoas com atividade militante e com envolvimento diferenciado em suas organizações e associações urbanas e rurais nas várias regiões do Estado. Ele permite ainda ter acesso a estruturas institucionais nos quais os crimes foram perpetrados e, em alguns casos, aos responsáveis por estes crimes.

Este projeto se orientou por três objetivos centrais:

- 1) Criar meios para a manutenção do corpus documental para o qual se orienta este projeto de forma integral e reunida em suas instituições de guarda, não só conferindo a ele unidade, mas também oferecendo, com isto, meios de consulta pública para a pesquisa.
- 2) Identificar sociológica e politicamente os atingidos e saber se, ao longo de todo o período coberto pela existência do regime, houve alguma mudança significativa em seu perfil.
- 3) Sistematizar informações disponibilizadas nos depoimentos sobre a estrutura e o funcionamento do aparato repressivo em todo o período.

Natureza e possibilidades da fonte pesquisada

A fonte principal da pesquisa foram os processos de reparação individual apresentados à Comissão Especial de Reparação, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos¹.

Este material é composto por 1.113 processos, dos quais tivemos acesso a 1.039, e que

¹ A política de reparação foi criada pela lei 3.744, de 21 de dezembro de 2001, e o decreto 31.995, de 10 de outubro de 2002 e previa indenização à pessoas que foram vítimas de violação grave de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1 de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979.

possuem uma estrutura padrão, da qual faz parte, nesta ordem: 1) a qualificação completa do requerente, 2) uma narração circunstanciada dos fatos que dão fundamento ao pedido; 3) o pedido e suas especificações; 4) as provas, em especial os documentos comprobatórios, que dão substância aos fatos narrados, particularmente em relação a "passagem" do peticionário por dependências estaduais; 5) uma declaração de que concorda com o uso para a pesquisa, das informações e dos materiais constantes nos processos.

A documentação, cujo aspecto central é de ser o resultado de um testemunho, abre a porta para um tratamento quantitativo inicial, extremamente importante para definir sua representatividade e também para identificar os envolvidos nos processos de luta em relação ao regime de 1964, mas também na construção da ideia de direitos – e de avaliação de suas perdas – na fase de redemocratização, processo ainda não terminado.

Da avaliação qualitativa do material é possível abordar a implantação e funcionamento da repressão no Estado do Rio, como ela pode ter sofrido transformações ao longo do tempo, como ela envolveu os quadros das diferentes polícias da então Guanabara, explorando as relações entre governo central, governos estaduais e seus aparatos repressivos (que podem ser mais ou menos sujeitos ao controle dos governos).

É possível, também, explorar a experiência daqueles que foram vítimas das forças do Estado, como expressam os motivos desta experiência e como ela transcorreu, identificando um possível roteiro das instituições públicas envolvidas na repressão política. Conclui-se a exploração das possibilidades da fonte remetendo às construções de memória, pela escolha do que deve ser narrado quase cinquenta anos depois dos eventos, selecionando as experiências significativas mais marcantes para aqueles que se sentiram injustiçados e buscaram seus direitos.

Itinerário da pesquisa

Após a concessão do financiamento, o projeto teve início pela montagem da equipe de trabalho. Foram selecionados dois bolsistas titulados, sendo um doutor e um mestre e quatro bolsistas de iniciação científica. Os bolsistas de treinamento e capacitação coordenam a atividade de formação dos bolsistas de iniciação através de leituras integradas e de discussões sobre a metodologia a ser empregada na análise documental.

O passo seguinte foi a obtenção de acesso ao corpus documental, que se achava sob a guarda da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Com a Secretaria verificamos que parte dos processos estavam sendo preparados para doação ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e, um número menor, estava ainda em processamento ou separado com vistas a uma futura reavaliação. Isso implicava numa decisão se trabalharíamos apenas com os processos destinados ao Arquivo ou se seria possível, viável e proveitoso pesquisar o

acervo completo. Decidimos fazer uma primeira digitalização amostral, compreendendo diversos tipos de processo para avaliar. Havia um risco de que, com a transferência do acervo principal para o APERJ, tivéssemos que fazer a digitalização profissional apenas da parte transferida, por isso, nessa primeira etapa, digitalizamos também todo o acervo de processos indeferidos, parte do qual não será encaminhada para o Arquivo. O processo de digitalização ainda na Secretaria deixou evidente a complexidade da tarefa, reforçando a necessidade de contratação de uma empresa especializada, capaz de dar um tratamento ao acervo adequado aos padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e pelo Arquivo Nacional, que pudesse ser depois utilizado pelo APERJ. Decidimos então pela contratação de uma empresa qualificada, que obteve aprovação da Secretaria Estadual e do APERJ, que fez a digitalização do acervo completo, entregue em setembro. O material foi copiado em HDs externos e já foi entregue à CEV, com cópias já prontas para a Secretaria e para o APERJ. Este trabalho será de enorme utilidade para todos aqueles que se interessarem em pesquisar estes processos de reparação do Estado do Rio de Janeiro, e constitui um dos resultados relevantes deste projeto de pesquisa.

Ao mesmo tempo em que providenciávamos este tratamento do material, utilizamos a amostra que fizemos – de perto de setenta processos – para começar a problematizar as informações disponíveis, construindo uma ficha de análise dos processos que desse conta dos aspectos quantitativos acessíveis e com indicações dos elementos qualitativos que possam ser utilizados na análise comparativa. As informações quantificáveis se referem principalmente às vítimas da repressão política, a construção do perfil de faixa etária, origem social, regional, estado civil, etc. Dados sobre a repressão são mais difíceis de ser tratados, prestando-se melhor a um tratamento qualitativo. O que caracteriza a documentação é a reunião de documentos de instituições públicas para constituir prova de detenção/tortura em instituições estaduais, sem uma maior preocupação em elaborar a trajetória do indivíduo como agente político, seja antes do episódio detenção, seja depois. Somente em casos pontuais será possível complementar essas trajetórias. Isso pode ser feito pela complementação da pesquisa em outros acervos, uma estratégia que demanda tempo, ou através do cruzamento com fontes publicadas.

O instrumento de Exploração do Material Primário

Para trabalharmos de forma padronizada com o acervo, e possibilitar a consulta das informações para desdobramentos qualitativos da pesquisas, formulamos um instrumento para o levantamento de informações contidas nos processos que nos possibilitasse responder às perguntas formuladas no projeto, que orientam esta pesquisa.

Este instrumento de levantamento de informações foi materializado em uma tabela com partes distintas que permitissem a sistematização de informações para um tratamento quantitativo e qualitativo posterior. A tabela é estruturada nas seguintes partes:

- Índice
- Dados do Atingido
- Primeira Prisão
- Prisões Subsequentes
- Vinculações e atividades Políticas informada pelo atingido/requerente
- Vinculações e atividades Políticas informadas pelo aparato de repressão
- Outras fontes

1. O índice

O instrumento de levantamento das informações contidas nos processos foi indexado a partir do sistema de classificação da própria comissão de reparação do Estado. Neste sistema, três variáveis são tomadas como elementos classificatórios para o presente projeto: o número do processo, o nome do atingido e o status administrativo do processo (se ele foi deferido ou indeferido).

Tomar estas variáveis como constantes para a indexação dos processos foi uma opção não somente para permitir o cruzamento dos índices feitos pelo Estado e aquele feito pelo projeto, mas também por que o próprio índice pode ser fonte de dois tipos de informação que para a segunda fase do projeto será de valor: por um lado a ordem numérica é um dos índices do momento de apresentação da demanda pelo requerente no período estabelecido e permite verificar, cruzando-se com outras informações, por exemplo, a apresentação coletiva ou organizada de demandas, e o status do processo permite verificar, por exemplo, a forma como a comissão observou as demandas, os materiais comprobatórios em seu tempo de funcionamento, permitindo comparar critérios e processos de consolidação de critérios.

Contudo, considerando que parte das informações oferecidas no processo são trazidas em narrativas que expressam percepções sobre o passado dos que deram entrada no processo de reparação, a pesquisa optou por fazer com que o instrumento de exploração do material primário fosse sensível a autoria do relato. Neste sentido, optou-se por registrar se o requerente da reparação é o próprio atingido, algum representante legal ou familiar.

2. A Primeira Dimensão Analítica: os Atingidos

Para a primeira dimensão analítica proposta no projeto a expectativa era a de buscar constituir constantes políticas e sociológicas em relação aos atingidos de forma tal que permitissem com alguma segurança em relação aos dados quantitativos traçar um perfil dos atingidos pelo Terrorismo de Estado durante o período do regime ditatorial.

Neste sentido, as informações que nos interessava extrair dos processos relativas aos atingidos eram as seguintes: Gênero, Data de Nascimento, Naturalidade, Local de residência no momento da primeira prisão, Cor ou Raça (sendo que, na expectativa de que o instrumento seja sensível a diferenças de sistemas classificatórios, registrando, no caso de “cor ou raça”, a origem da informação: do aparelho de repressão do estado ou do atingido).

Um outro conjunto de variáveis diz respeito a vida política do atingido pelas ações de Estado. A primeira preocupação da pesquisa foi a de permitir que o instrumento fosse sensível a motivações e tendências diversas na produção de narrativas sobre as vinculações e práticas políticas do atingido presentes na fonte. Em função disto estabeleceu-se uma diferença qualitativa entre dois tipos de fontes de informação sobre a vida política do atingido: aquela derivada do próprio requerente (tanto seus próprios escritos quanto os materiais por ele anexados ao processo) e aquela produzida pelos agentes do aparato repressivo, que são registradas de forma distinta.

Nos interessou saber o início de suas atividades políticas, os tipos de vinculação institucional (partidos, organizações, sindicatos dentre outros) bem como os tipos de movimento político em que tomou parte, entendido isto desde campanhas circunstanciais até movimentos políticos perenes ainda que não institucionalizados. Por outro lado, também foi a expectativa deste levantamento permitir sistematizar dados sobre as vinculações político-partidárias ou outros tipos de associação política considerando, em especial, o movimento estudantil, o movimento operário, movimento camponês, movimento associativo urbano, movimento religioso, movimento negro, movimento de mulheres e movimento de luta pelos direitos de homossexuais. Da mesma forma, o instrumento é sensível a identificação de funções específicas, lugar na hierarquia e funções desempenhadas em suas organizações ou associações

2. A Segunda Dimensão Analítica: O Aparato De Repressão

Para a segunda dimensão analítica proposta no projeto a expectativa era a de verificar o quanto que o aparato de estado rotinizou as práticas repressivas por meio de uma sistematização de procedimentos coordenados hierarquicamente, se houve mudanças ou mutações nas práticas repressivas e nas técnicas de interrogatório. É também objetivo específico desta pesquisa verificar se e em que medida de violações de direitos humanos cotidianas nas delegacias policiais no tratamento dos chamados “presos comuns” foi a matriz da forma como os presos políticos foram

tratados. Neste sentido, pode-se perguntar se o tratamento dos presos políticos representou uma mudança de qualidade na forma de funcionamento do aparato policial do Estado, na medida em que os depoimentos dos atingidos possa nos oferecer algum acesso ao ambiente das carceragens das delegacias de polícia.

Neste sentido, o instrumento buscou identificar as Datas da Prisão e da Soltura, o Local de aprisionamento (aqui entendido como o local em que o atingido foi tomado em custódia do Estado ou sequestrado por agentes do estado: se o atingido foi preso em casa, no trabalho ou em algum outro lugar público ou privado), o local de detenção inicial (aqui entendido como o local para o qual o atingido foi encaminhado e detido) e as transferências subsequentes; e se os locais de detenção e interrogatório eram instituições federais, incluindo-se aí as instalações das forças armadas, ou estaduais; e, por último, se existem relatos de prática de tortura durante os interrogatórios e que práticas de tortura foram relatadas.

Além de informações sobre a primeira prisão, tivemos expectativa de registrar dados sobre as prisões subsequentes, buscando levantar informações equivalentes aquelas apontadas quanto a primeira prisão como datas e locais de aprisionamento e detenção e práticas de interrogatório envolvendo tortura.

Uma terceira parte da tabela dedica-se especificamente aos agentes do estado que desempenharam funções no aparato de repressão. A identificação dos agentes (nominal quando for o caso), a sua vinculação institucional ou outra informação que permita identificar se são civis ou militares e, cruzando os locais nos quais atuou, busca-se identificar se existem regularidades na distribuição de agentes da repressão pelas instituições do estado.

Alguns resultados

Conforme vimos acima, a tabela produzida para análise dos processos possibilita reflexões a respeito de diversos aspectos tanto do perfil dos atingidos, quanto da repressão. O exame da tabela comporta tanto dados quantitativos, que podem ser agrupados em gráficos para análise, como qualitativos, estes exigindo um trabalho mais complexo de apreciação. Vale ainda lembrar que um dos propósitos deste projeto é que o mesmo tenha desdobramentos a longo prazo, dando origem a trabalhos acadêmicos de maior fôlego. Em outras palavras, objetiva-se utilizar o instrumento de pesquisa como base para futuras pesquisas temáticas. Assim, os resultados apresentados nesse momento dizem respeito a conclusões ou hipóteses a partir do preenchimento da tabela. A expectativa, porém, é que haverá desdobramentos temáticos até o final do projeto.

Requerente e atingido

Do universo analisado para este relatório, 821 processos foram assinados pelo próprio atingido, enquanto 218 foram impetrados diretamente por aqueles que possuíam direito legal de substituí-lo, notadamente seus descendentes, seus ascendentes, cônjuge ou companheiros, tal qual disposto no Artigo 13 do Decreto 31995 de 10 de outubro de 2002, que regulamentou a Lei nº 3744 de 21 de dezembro de 2001.

Deferidos e indeferidos

Deste universo analisado, 85% dos processos foram deferidos e 15% indeferidos. De maneira geral, os indeferimentos estão relacionados principalmente à própria norma estabelecida pela lei que criou a Comissão Especial de Reparação, que previa como pré-requisito para o pedido e reparação o fato do atingido ter ficado preso em instituição do estado do Rio de Janeiro ou Guanabara. Estavam excluídos automaticamente, portanto, aqueles que foram presos apenas em estabelecimentos federais. Contudo, ao cotejarmos os processos que tramitaram até o ano de 2013 com aqueles que foram concluídos nos primeiros anos de atuação da Comissão, é possível percebermos uma mudança significativa quanto a definição da prisão em órgãos estaduais ou federais no estado do Rio de Janeiro.

Podemos perceber esta nova inclinação a partir da análise de um desses processos, como o identificado sob o número E_32/0379/0009/2004, referente à atingida Anna Lucia Melgaço Leal Silva. Em janeiro de 2005, o parecer final apontou para o indeferimento do processo alegando que “Não há comprovação através de documento público de sua prisão em órgão Estadual, (...)”, a referida Comissão encerrou o pleito em abril de 2005 sentenciado que, “à unanimidade, a Comissão Especial de Reparação INDEFERIU o pedido, conforme Ata da 8ª Sessão Ordinária, (...)”.

Em função desta decisão, no ano de 2012, a atingida entrou com um novo recurso à Comissão, alegando que “Cumprido informar, que há provas indubitável da[sua] prisão (...) no Batalhão de Polícia do Exército na Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro, (...) Portanto, o parecer de fls. 48, que vota contrário a [sua] solicitação, não condiz com a realidade dos fatos. (...) Ademais, [que sua] prisão foi realizada por agentes do DOI CODI e DOPS que atuavam em conjunto, o que [a] faz[ia] apta a receber a reparação conferida pela Lei (...)”.

Como pode ser constatado na súmula final do processo, em abril de 2012, o resultado desta nova demanda foi favorável à atingida, ou seja, a Comissão acatou o pedido e votou por unanimidade pelo deferimento do processo após sete anos de tramitação. O novo entendimento foi resultado do próprio amadurecimento dos estudos relativos à atuação do aparato repressivo, que

essa pesquisa busca aprofundar, dos anos ditatoriais, que passou a perceber o *modus operandi* da “Comunidade de Segurança”, notadamente o conjunto de órgãos civis e militares responsáveis pela prática da repressão. Em novo parecer a Comissão assinalou que “(...)É evidente a participação política e prisão da Requerente, sendo assim, presume-se que o Relator que exarou o parecer pelo arquivamento, senhor Paulo César Geraldês, acreditava que a prisão tenha sido efetuada pelo DOI CODI e que as ações do mesmo se restringiam ao âmbito federal.” Assim, continuou o novo relator apontando que “Há de se asseverar que, não obstante o DOI-CODI ter sido órgão das Forças Armadas, este realizava ações em conjunto com o DOPS, posto que em ambos havia atuação de servidores do Estado do Rio de Janeiro, conforme estudo realizado (...)”.

Baseado neste exposto, há de se matizar a forma como a Comissão Especial de Reparação se viu influenciada, acertadamente, pelos trabalhos e pesquisas realizadas no campo dos estudos relativos à ditadura militar no Brasil e de que modo os processos que foram julgados anteriormente a esse entendimento do funcionamento da repressão foram de certa forma acometidos por não terem sido deferidos na ocasião de seu julgamento.

O outro fator de indeferimento, foi a falta de documentação comprobatória da prisão. Este ponto mereceria, a nosso ver, atenção por parte do Estado, na medida em que o ônus da prova ficou sob responsabilidade do atingido. Ou seja, a falta de prova não significa necessariamente que o atingido não tenha sido alvo da repressão. Embora a Comissão Especial de Reparação tenha aceitado na ausência de documento oficial, ou seja, aqueles emitidos pelo Estado, a apresentação de prova testemunhal, é preciso considerar o intervalo de tempo entre o momento da prisão e o início dos trabalhos da referida Comissão, pois no que pese alguns desses casos o período pode ultrapassar os 40 anos de afastamento o que inviabilizou em certos processos a apresentação de testemunhas.

Agentes da Repressão

A Repressão foi realizada por agentes dos mais variados setores. Além daqueles que atuavam nos órgãos civis e militares de segurança, merecem destaques a atuação de sujeitos que não faziam parte desses órgãos oficiais de polícia e que, no entanto, atuaram de forma conjunta. A historiografia a respeito do aparato repressivo, a denominada comunidade de informação e a comunidade de segurança, foi bastante pródiga em revelar como atuou esse sistema a partir, sobretudo do final dos anos de 1960, destacando a sistematização das ações de segurança e o *modus operandi* das ações de espionagem.

A pesquisa em curso não trouxe novas revelações nesse sentido, embora tenha conseguido mapear e identificar nomes recorrentes dos mais variados escalões das Forças Armadas situadas no Rio de Janeiro assim como o de civis. Outro aspecto relevante da pesquisa foi identificar como em muitos casos esses militares também atuaram em direções de órgãos civis. Se a maior parte dos

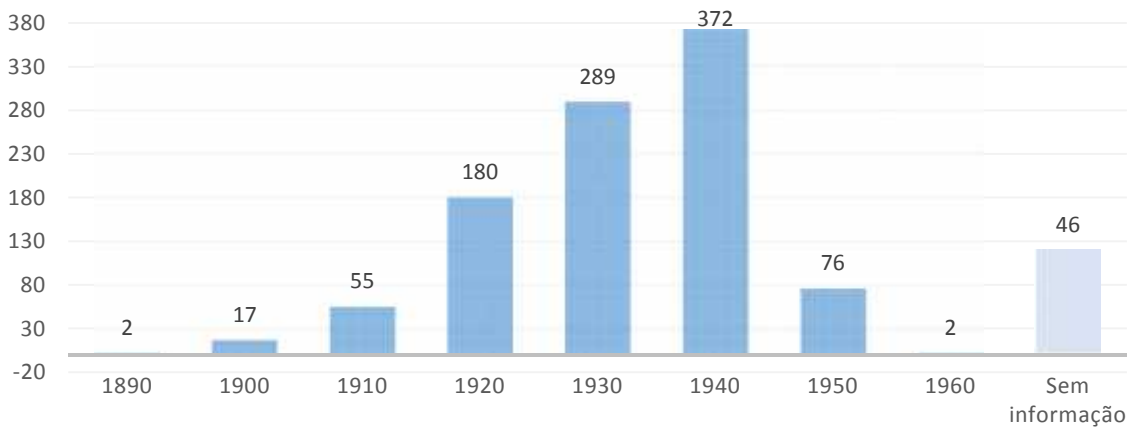
nomes listados nos processos analisados corresponde a militares da baixa oficialidade, não foram poucos os casos de agentes repressivos pertencentes às camadas mais altas da oficialidade das três forças armadas, deixando muito patente que a prática disseminada de violações da integridade humana passavam aos auspícios da cúpula institucional.

A visão de agentes repressivos sisudos e raivosos não é enganosa, basta considerar que muitos dos torturados saíram dessas longas sessões com lesões físicas e psicológicas que carregam ainda hoje ou foram assassinadas devido a tais violências. Contudo, é necessário ampliar essa categoria de análise para podermos incluir um grande número de pessoas que não foram somente colaboradores dos torturadores, denunciando suspeitos de "subversão", mas que não estavam presentes nas delegacias, campos de futebol usados como prisão ou no CODI-DOI com armas em punho. Com isso queremos destacar que o rol de envolvidos no aparato repressivo deve englobar desde os agentes policiais e militares, aos magistrados que negavam habeas corpus ou determinavam condenações nos IPM, funcionários escrivães de delegacias, presídios, além de médicos, enfermeiros, peritos, que no exercício de suas atividades legitimavam a "utopia autoritária" em curso. Cabe-nos responder ainda como devem ser tipificados os civis, as pessoas "comuns", que eram solicitadas em delegacias para atestar se livros apreendidos em certa residência eram de teor "subversivo" ou ainda o entusiasta da ditadura que não era remunerado pelo Estado, portanto não tinha cargo oficial na máquina pública, mas foi fundamental para prisões dos atingidos pela repressão. Parece que o apodo de "colaboradores da ditadura" não se encaixa para precisar tais indivíduos

É possível mapear a partir dos processos analisados um grande número de implicados com a repressão. A originalidade dessa documentação nos parece que está no fato de que muitos destes não foram somente identificados pelos presos e presas por acusações de crimes criados e mantidos pela ditadura, já que por ocasião das prisões e torturas usavam codinomes por terem clareza de que tais ações, mesmo asseguradas em legislação de exceção, constituía um ilícito, se não jurídico, moral. Contudo, os nomes e sobrenomes constam em documentos oficiais carimbados e assinados que foram juntados ao corpo dos processos analisados e certamente nos auxiliaram na tentativa de identificar cadeias de comando e a especificidade de funcionamento desse complexo repressivo no estado do Rio de Janeiro.

Naturalidade e nascimento dos atingidos

Gráfico 1 – Década de nascimento do atingido

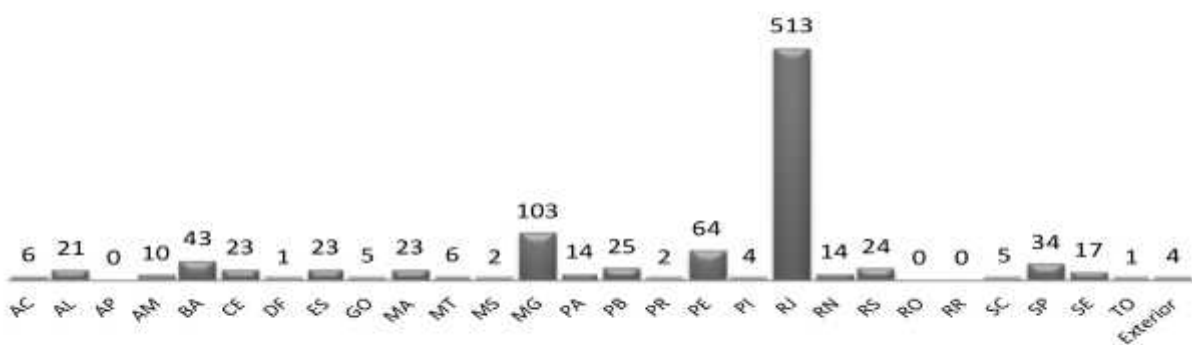


Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Como podemos observar nos dados relacionado ao conjunto de processos analisados, grande parte dos atingidos nasceu entre as décadas de 1930 e 1940. Podemos inferir desta informação, se considerarmos a primeira metade dos anos de 1960, especialmente o ano de 1964, que parte expressiva deles podem ter sido afetados pelo golpe no momento em que geralmente já alcançamos a maturidade.

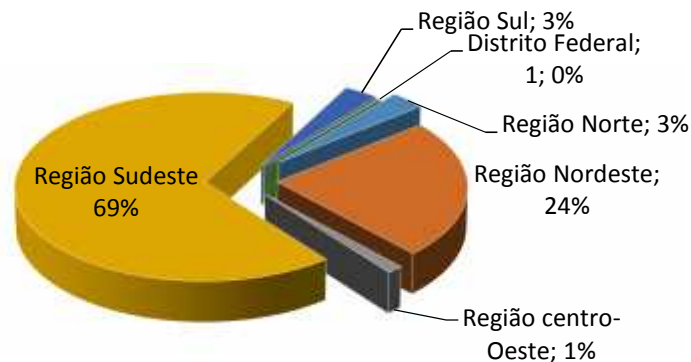
Um percentual pequeno constitui o grupo de atingidos pela ditadura que nasceram na década de 1950. No entanto se consideramos que o Decreto nº 31.995/02 que regulamentou a Lei nº 3.744/01 permitiu que entrassem com pedido de reparação somente os atingidos entre os anos de 1964 a 1979, existe mais chance de os presos desse grupo serem aqueles que estiveram entre os que sofreram mais prisões subsequentes.

Gráfico 2 – Naturalidade do atingido



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

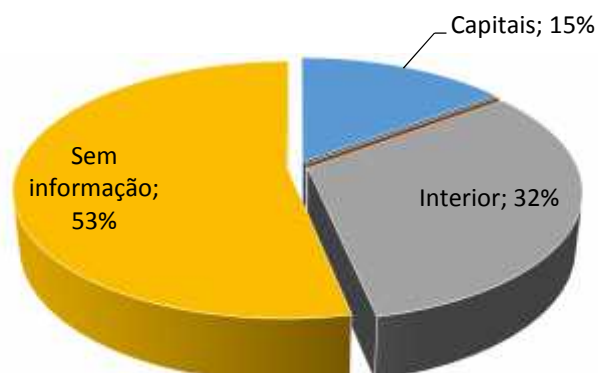
Gráfico 3 – Naturalidade dos atingidos



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Os nascidos no estado do Rio de Janeiro são aqueles que compõem o maior número de atingidos quando comparamos esse indicador por estado e, o Distrito Federal, que neste contexto já estava situado em Brasília aparece somente com uma pessoa nascida neste local e entrou com processo na Comissão. Seria importante investigarmos o porquê do Estado de Minas Gerais ter tido o segundo maior número de pessoas nascidas neste estado e que entrou com processo pela Comissão do Rio de Janeiro. Talvez as hipóteses e uma pesquisa mais detida poderia revelar traços importante das conexões entre o aparato repressivo dos dois estados.

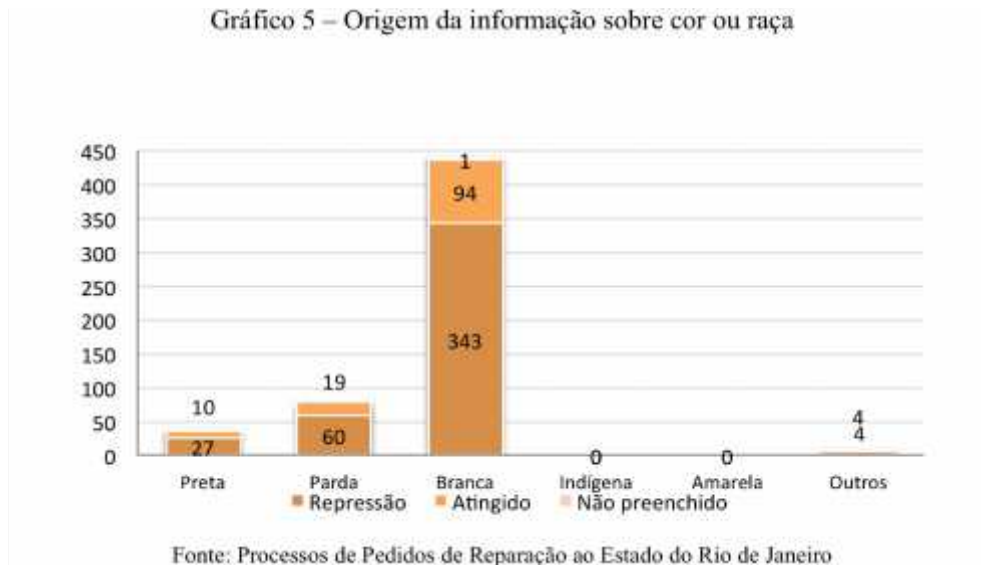
Gráfico 4 – Naturalidade Região Sudeste



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Cor e Raça

Gráfico 5 – Origem da informação sobre cor ou raça

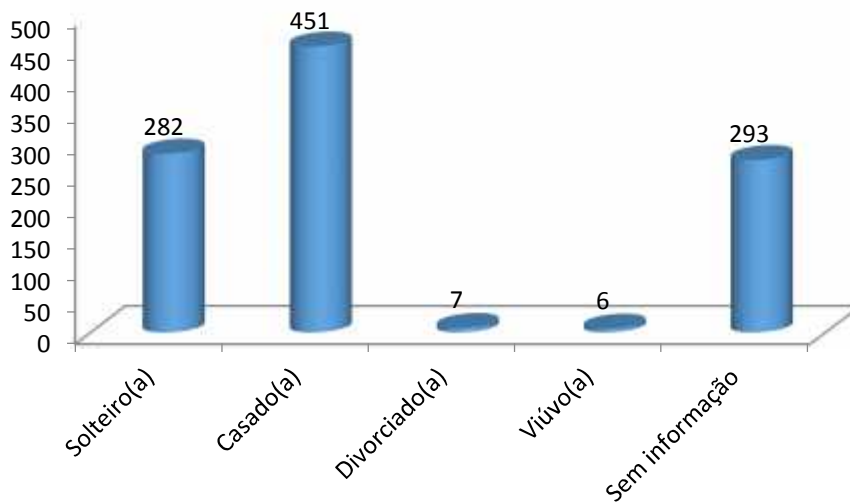


Esses dados podem revelar inúmeros aspectos que constituem elementos que estão presentes no seio da repressão no Brasil desde o tempo escravocrata até os dias atuais. Guardada as suas tipologias entre o que venha ser um crime político ou crime comum e quem os cometem, observamos a preocupação da repressão em demarcar a característica cor ou raça nas suas fichas de presos. Utilizamos para essa pesquisa as categorias de cor ou raça utilizadas no censo nacional elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como pode ser observado, para todas as cores ou raça apuradas nos processos, o maior número delas foi apontada pelos agentes da repressão. A cor branca teve sua primazia. No entanto devemos considerar o que significava ser considerado negra(a) para aquelas anos quando a construção da imagem do sujeito negro ainda passava por inúmeras forma de racismo e discriminação.

Estado Civil

Gráfico 6 – Estado civil no momento da 1ª prisão



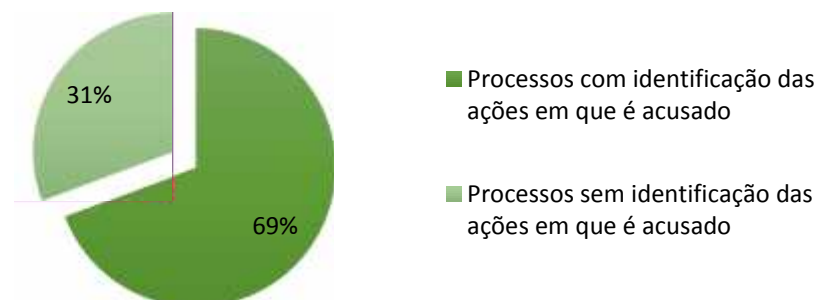
Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

No que se refere ao estado civil dos atingidos, a maior parte deles, excetuando aqueles processos em que essa informação não apareceu, foi constituída por pessoas casadas. A imagem dos atingidos pela ditadura sendo formada por jovens, desempregados ou estudantes, muito mais dispostos a uma aventura que a um enfrentamento com o estado ditatorial parece não ser confirmada mediante esses dados somados aqueles que possuíam locais fixos de moradia e emprego, como iremos perceber nos dados a seguir.

Ações e movimentos políticos

Gráfico 7 – Ações de que é acusado

Ações de que é acusado



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

A pecha genérica de subversão e comunismo nos parece ser aquela que mais aparece ao longo dos processos analisados. Ao observarmos esse aspecto no gráfico acima verificamos que a maior parte daqueles que entraram com processos na Comissão teve uma acusação formal apresentada pela repressão. Uma análise mais sistemática deste dado pode nos colocar diante do grande repertório criado e instrumentalizado pela repressão para justificar as prisões de suspeitos, a incomunicabilidade e a prática de tortura para a retirada de informações que pudessem levar a outros integrantes de grupos e ações vislumbradas pelos agentes repressivos. Era preciso antes de tudo ter uma acusação e esta sendo formulada a priori nortearia todo o processo e inquérito investigativo das polícias.

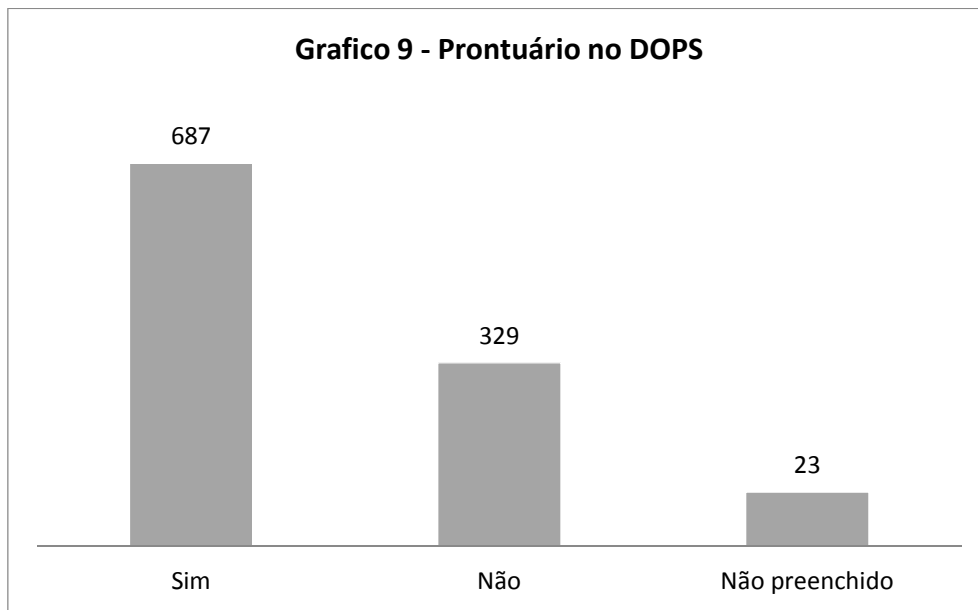
Gráfico 8 – Organizações/Movimentos políticos



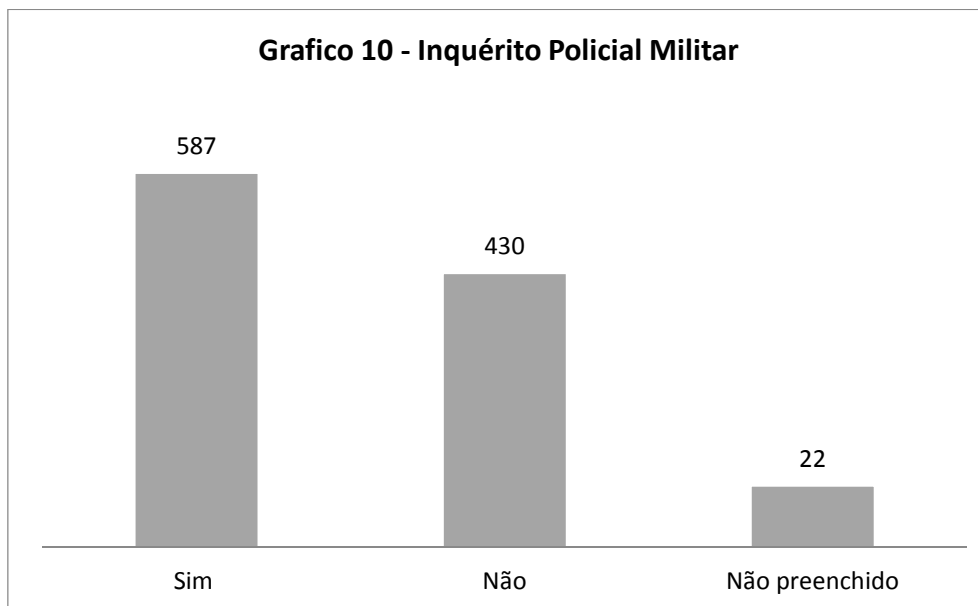
Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Da mesma forma que uma suspeita seguida por uma acusação eram atribuídas ao atingido, buscava-se identificar a organização a que este pertencia. Foi possível observar no corpo dos processos que muitas organizações foram ditas pelo próprio atingido na abertura do processo de reparação, e não identificadas pelo aparato repressivo no momento da prisão.

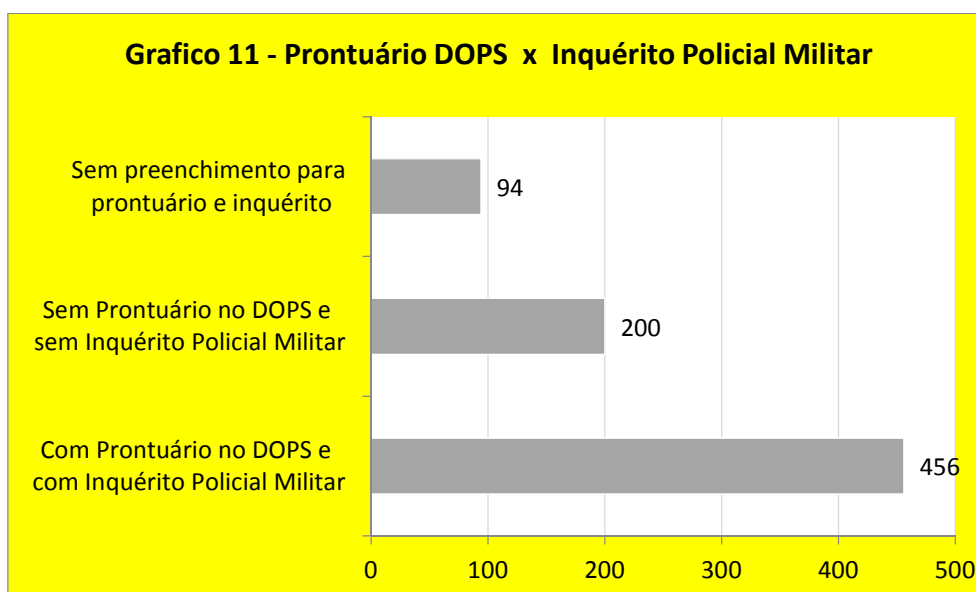
DOPS e Inquérito Policial Militar



O Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS-GB), funcionou de 1962 a 1975 na rua da Relação no Centro do Rio de Janeiro. Por lá passaram grande parte daqueles que submeteram seus processos a referida Comissão. Por isso, entre os processos analisados foi possível identificar um grande número de atingidos fichados pelo órgão, que a partir de 1975 com a fusão do Estado do Rio com a Guanabara passou a ser chamado de Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), que atuou de 1975 a 1983 no mesmo prédio do antigo DOPS-GB.



Muitos desses atingidos sofreram Inquérito Policial Militar (IMP) e, portanto é no âmbito desses inquéritos que podemos perceber melhor a atuação do judiciário no âmbito da ditadura. Embora não tenha sido o escopo da nossa pesquisa, foi possível mapear de forma significativa a composição civil e militar nesses tribunais que quase sempre viravam de exceção. A maior parte dos atingidos foram submetidos a esses processos.

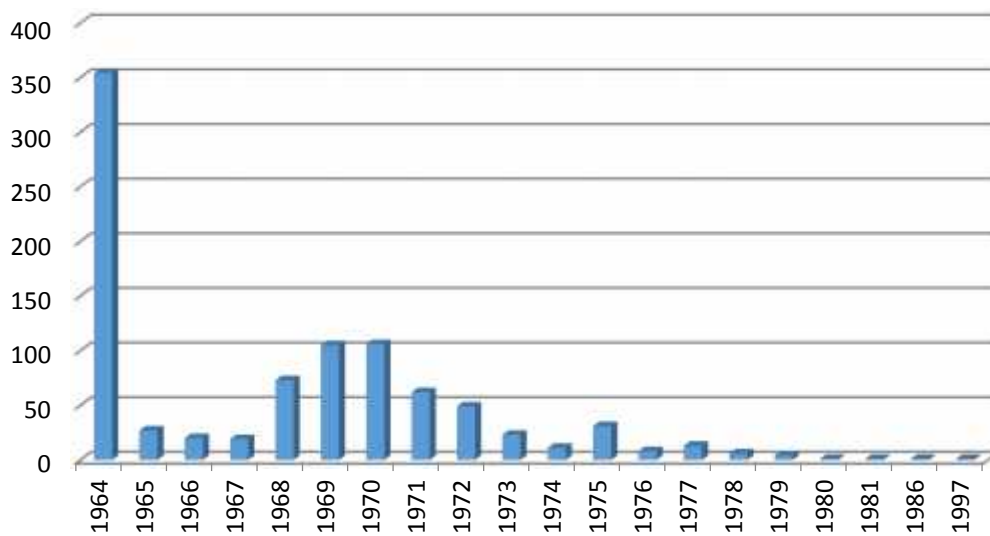


Primeira Prisão

A historiografia sobre ditadura brasileira, grosso modo, tem sustentado a ideia de que durante os anos iniciais do golpe de 1964 o regime militar se encontrava ainda em um quadro razoavelmente maleável em termos repressivos, já que as prisões arbitrárias e torturas, apesar de terem ocorrido nesse período, não eram usados ainda como instrumentos regular pelas forças do Estado. Por essa perspectiva, o endurecimento do regime se daria a partir da decretação do Ato institucional n. 5, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, com a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. A partir daí, iniciaria o período que ficou conhecido como “os anos de chumbo”.

Contudo, a partir da análise realizada nessa pesquisa, em relação às prisões realizadas, é possível levantar outras hipóteses sobre o tema. Se compararmos o percentual do número de prisões executadas em 1968, 1969, 1970 e 1971 com as realizadas em 1964, veremos que só nesse último ano o percentual de detenções chegou a ser um pouco maior (2, 3%) do que naqueles quatro anos juntos (ver o gráfico abaixo). Isso nos indica que foi em 1964, e não somente a partir do AI-5, que a prática das prisões se tornou aspecto sistemático do regime.

Gráfico 12 – Ano da primeira prisão

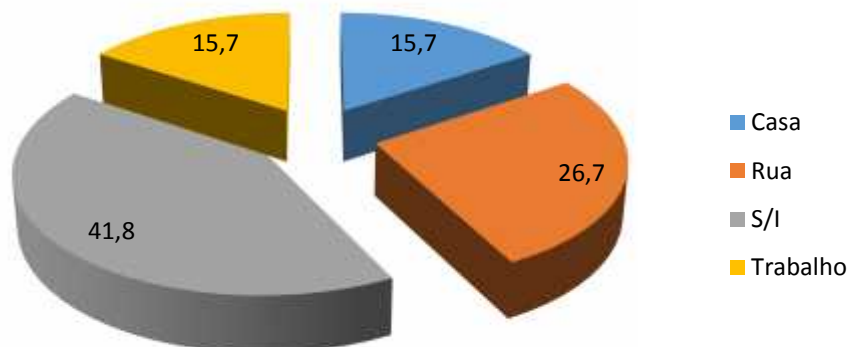


Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Local de aprisionamento

Nos processos pesquisados, apareceu um dado que precisa ser mais bem explorado, mas que traz uma questão interessante para pesquisa sobre a ditadura militar. Dos casos informados, 31,6% dos atingidos foram presos em casa ou no trabalho, enquanto 26,8% estavam na rua (entendido aqui como lugar público) no momento da prisão. A quantidade de pessoas que foram presas em casa e no trabalho pode indicar que os atingidos, no momento em que foram presos, ainda não estavam vivendo clandestinamente ou não julgavam correr o risco de prisão.

Gráfico 13 – Local do aprisionamento



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Passagem por Instituição Militar Federal

Dos processos em que havia esta informação, 44% dos que foram presos tiveram alguma passagem por instituições militares federais, o que demonstra uma política nacional de repressão e um trabalho em conjunto com as forças policiais do Estado do Rio de Janeiro.

Tortura

A tortura também foi desde 1964 um instrumento regular usado pelas forças de repressão. É o que afirma o historiador Marcelo Jasmin em seu relatório enviado à Comissão Nacional da Verdade em 2014.² Juntamente com sua equipe, Jasmin avaliou parte dos mesmos processos que estamos analisando. Entretanto, sua pesquisa ficou restrita a uma análise estatística dos dados e a um universo cronológico específico (1964-1965). De todo modo, os resultados de seu trabalho oferecem importantes pistas para o andamento de nosso trabalho.

O historiador afirma que mais de 46% dos casos analisados naquele ano do golpe relataram a prática de tortura, o que é um número bem expressivo. Contudo, o autor adverte que “só uma análise mais detalhada e comparativa com os períodos posteriores, especialmente entre 1968 e

² Jasmin, Marcelo. Relatório final de Pesquisa- pesquisa auxiliar aos trabalhos do GT Golpe de 1964 (Comissão Nacional da Verdade), 2014.

1971, poderia concluir acerca dos graus de sistematicidade desta prática nos interrogatórios dos presos políticos do golpe de 1964”.³

Essa análise será feita nas próximas etapas de nosso trabalho. Por enquanto, foi possível perceber que, do universo total de 1.039 processos investigados, em torno de 49% (505) deles relataram a ocorrência da prática de tortura. O fato dos outros 51% (534) não terem relatado tal ato, não exclui que tenha havido tortura nesses casos. Marcelo Jasmin constata que “há situações, inclusive oralmente declaradas, em que o requerente não quis declarar as violações sofridas, recusa esta com frequência motivada pela dor da memória dos detalhes”.⁴

Nos processos investigados, existem requerentes que mencionam explicitamente o termo tortura para se referir ao tratamento desumano, cruel ou degradante a que estavam sujeitos os atingidos, como por exemplo as humilhações e agressões verbais. Mas há requerentes que não usam a referida palavra para fazer referência às violações sofridas. Isso pode ser explicado pelo fato de talvez não considerarem determinadas violências como tortura ou devido às dificuldades que podem ter tido para nomearem o termo, em função da própria força que essa palavra imprime.

Ao mesmo tempo, cabe destacar que nessa pesquisa optou-se por indicar o uso de “tortura” apenas quando o requerente ou atingido faz referência explícita a este respeito. Nos casos em que há relatos de tratamentos violentos (física ou psicologicamente), mas sem indicação direta de que isso significava tortura para o atingido, o relato do mal tratos foram indicados nas observações da tabela para futuros cruzamentos de dados. Ou seja, se considerarmos estes relatos, certamente o percentual de pessoas que sofreram torturas aumentará sensivelmente.

Além desses dados, os requerentes muitas vezes informaram as formas de tortura. Estas podiam ser físicas, psicológicas e sexuais. Em vários depoimentos, podemos notar que elas se deram de forma simultânea. Por isso não é possível as enquadrarmos em apenas uma dessas modalidades.

Em relação à tortura física, os relatos mais frequentes dizem respeito aos choques elétricos, espancamentos, palmatórias e o pau de arara. Por sua vez, a tortura psicológica tinha a ver com a intimidação, as ameaças graves e críveis à integridade física ou à vida da vítima ou de terceiros e a humilhação, tal como também percebeu o relatório da Comissão Nacional da Verdade.⁵ Segundo essa Comissão, o uso de ameaças para aterrorizar as vítimas é a mais frequente forma de tortura psicológica. Também notamos que o uso de ameaças era bem recorrente nos processos investigados, como as de morte/afogamento/estrangulamento e as de violências físicas a familiares.

³ Idem, ibidem, p. 19

⁴ Idem, ibidem, p.11.

⁵ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, dezembro de 2014, Volume I, p. 375.

Gênero e os atingidos pelas ações repressivas do Estado

O perfil dos atingidos por gênero indica que os homens expressavam a grande maioria dos casos investigados, constituindo 83,5% (868) dos 1.039 processos. Por sua vez, as mulheres faziam parte apenas de 16,5% (171) dos casos.

O Estado ditatorial utilizava muitas vezes as concepções sociais acerca dos papéis de gênero como instrumentos de repressão. Para entendermos esta questão, é importante antes, avaliar como estamos compreendendo gênero. De acordo com CNV, esta palavra pode ser conceituada como a qualidade do masculino ou feminino, definida a partir de uma elaboração que envolve aspectos sociais, culturais e biológicos. Embora, adverte a Comissão, “as palavras *gênero* e *sexo* tenham o sentido do estado de ser homem ou mulher, elas são usadas de formas ligeiramente diferente: *sexo* tende a ser utilizado em referência às diferenças biológicas, enquanto *gênero* refere-se às diferenças culturais ou sociais”.⁶ Por isso, como diz Ana Colling, “falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres e homens não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política”⁷.

A autora chama atenção que a “ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligado ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhes sentido, interpretá-la e cultivá-la”.⁸ Isso significa que, como diz o relatório da CNV, “características, comportamentos, atividades e ações são socialmente construídos como “mais masculinos” ou “mais femininos” e combinados em personalidades e caracteres “mais masculinos” ou “mais femininos”, heterossexualmente orientados. (...) Submissão, fraqueza, dependência, emoção, castidade, pudor, honra feminina, manutenção de valores e tradições familiares são alguns exemplos desses estereótipos associados à mulher de família, seguidora de padrões socioculturais. Por outro lado, associam-se ao homem concepções como agressividade, força/potência sexual, capacidade de prover, racionalidade, honra masculina etc”.⁹ Todas essas percepções constituem, sobretudo, expectativas sociais, como lembra Comissão.

Tais concepções sobre masculinidade e feminilidade eram usadas muitas vezes pelo aparato repressivo nas sessões de interrogatórios sob tortura. Os agentes do estado lançavam mão do artifício para fazer com que os atingidos lhes informassem acerca dos movimentos/organizações dos quais participavam. Além desse objetivo inquisitorial, buscavam também puni-los por suas práticas

⁶ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, dezembro de 2014, Volume I, p. 401.

⁷ Colling, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004, p. 5

⁸ Idem, *ibidem*, p. 5.

⁹ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, dezembro de 2014, Volume I, p. 401.

políticas contrárias ao regime militar. No caso dos homens citados nos processos aqui investigados, eram lhes aplicados por exemplo choques elétricos no pênis, ameaças de castração e encenações sexuais ou efetivos estupros contra suas esposas que também estavam presas e ataques verbais quanto à sua sexualidade –por meio de palavras como veado, maricas etc. Tudo isso tinha o objetivo de atacar os militantes em sua masculinidade, através de determinadas concepções fortemente arraigadas na sociedade como a dita potência/força sexual do homem, agressividade e honra masculina. Quanto às mulheres, estas também eram atingidas em sua feminilidade, por meio de, entre outras ações violentas, ameaças ou ações efetivas de estupro, choques elétricos na vagina, uso de alicate para ser aplicado em seus seios e humilhações verbais quanto à sua sexualidade. Estas humilhações muitas vezes se referiam a termos que as associavam à prostituição- vadias, putas, vagabundas- já que, na lógica da repressão, tanto as militantes quanto as prostitutas ocupavam o espaço público.¹⁰Essa vinculação com a prostituição era uma forma de tanto as desqualificarem moralmente quanto politicamente. Não por acaso eram recorrentemente chamadas de “putas comunistas” como lembra Ana Colling.¹¹ Os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres da época, tais como maternidade (ou o desejo de ser mãe), castidade e pudor eram as armas políticas recorrentemente utilizadas pelos torturadores para atingi-las, como buscaremos demonstrar no decorrer da pesquisa.

Mas havia diferenciação no tratamento dado aos homens e mulheres da época? Os dados dos processos indicam que sim. A tortura parecia mais intensa em relação às mulheres do que aos homens, tendo em vista que, enquanto 45, 1% (387) dos 868 homens mencionados nos processos afirmam terem sofrido tortura, 69,4% (118) das 171 mulheres citadas sofreram tais violações. Ainda que os demais requerentes não tivessem mencionado explicitamente a prática de tortura, isso não significa que tal ato não tenha ocorrido, como dissemos anteriormente. Mas o fato de haver um maior número de requerentes que relataram as torturas sofridas pelas mulheres, indica que a questão de gênero era algo relevante nos porões da ditadura militar.

Biografia política do atingido-informada pelo requerente

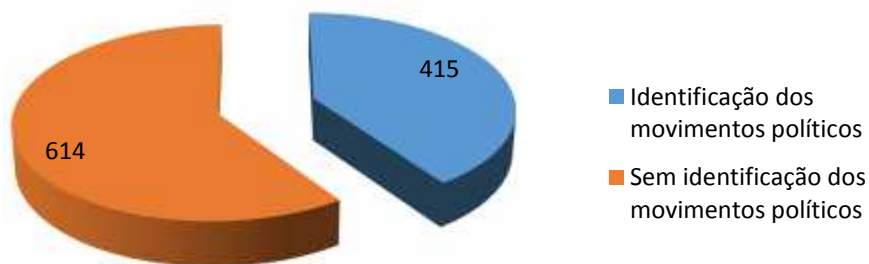
A vida política do atingido será o foco de nossa atenção nesta parte do relatório. Ao quantificarmos os dados sobre o assunto, logo nos deparamos com uma informação que nos chamou atenção. Constatou-se que um percentual expressivo de requerentes não registraram a biografia política do atingido, seja por seus próprios escritos, seja por materiais por eles anexados aos processos, tais como jornais de época e livros. A exclusão dessa documentação inclui também, entre

¹⁰ Gracia, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra as mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, História, 2014.

¹¹ Colling, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. *Op.cit* ,p. 8.

outros materiais, os depoimentos das testemunhas por meio de declarações escritas ou pelo não comparecimento das mesmas nas oitivas organizadas pela Comissão Especial. Toda essa ausência de informações representou quase 60% (614 ou 59%) dos 1.039 processos investigados.

Gráfico 14 – Movimentos políticos informados pelos requerentes



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Esse dado pode ser interpretado sob dois pontos de vista. Um deles parece ter uma explicação objetiva. É possível que os requerentes tenham considerado que a documentação do aparato repressivo sobre o assunto fosse suficiente para embasar seus pedidos de reparação ao Estado. Afinal, 51% dos processos investigados anexaram a documentação da repressão. Essa hipótese é levantada devido a um dos próprios critérios estabelecidos pela lei estadual n. 3.744, de 21 de dezembro de 2001- regulamentada pelo Decreto n. 31.995, de 10 de outubro de 2002-acerca dos que tem direito de receber o pagamento de reparação do Estado do Rio de Janeiro. Diz a lei que autoriza o Estado a “efetuar pagamento de reparação por tortura físicas ou psicológicas sofridas por pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias (01 de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979), que hajam ficado sob a responsabilidade e/ou guarda dos órgãos públicos do Estado do Rio de Janeiro, em quaisquer de suas dependências”.

Como expõe o texto, um dos critérios de reparação diz respeito à prova referente à acusação feita pelos órgãos de repressão às atividades políticas que os atingidos praticaram contra o regime militar. Isso pode ter motivado os quase 60 % dos requerentes a não terem registrado informações sobre o assunto.

Devemos notar, entretanto, que há processos em que os requerentes anexaram tanto suas informações sobre a vida política do atingido quando aquelas originadas do aparato repressivo. Há

também casos em que nenhuma dessas duas fontes de informação estão aí presentes. Em relação a esta última situação, é mais comum que o processo dessa natureza tivesse sido indeferido.

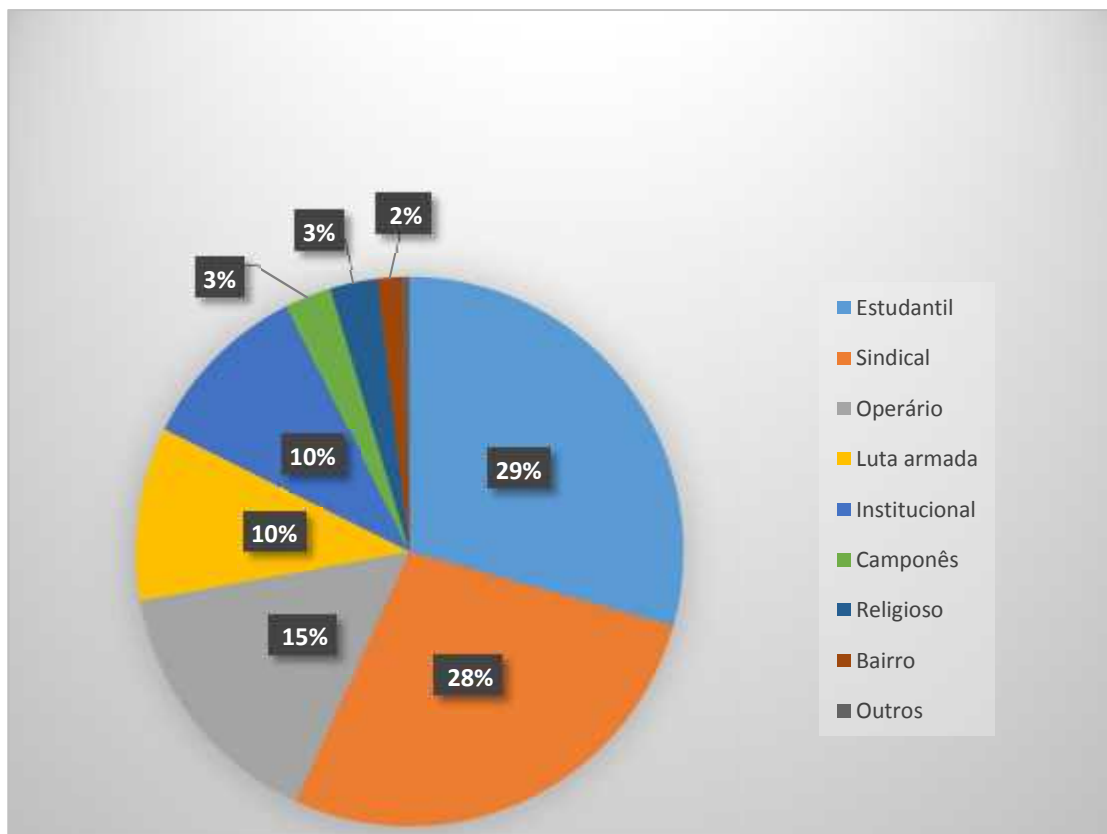
A outra hipótese que pode explicar a ausência de informações acerca da biografia política do atingido é um fator de natureza mais subjetiva. É possível que os requerentes não tenham “esquecido” de abordar o assunto, mas sim optado por silenciar devido à dificuldade de assumir o seu passado de militância¹² ou a de seus familiares que foram atingidos pelas ações repressivas. Essa hipótese pode ser respaldada pelo próprio teor dos relatos daqueles que informaram tal militância, já que os mesmos expuseram os danos físicos, materiais e emocionais sofridos pelos atingidos devido à perseguição política e às ações repressivas do Estado. Nos relatos, várias histórias de vida difícil se destacam, como casos de homens e mulheres que tiveram que abandonar suas famílias, empregos, estudos e amigos. Muitos deles, ao mesmo tempo, foram duramente humilhados por uma parte da sociedade civil, já que eram pessoas fichadas pelos órgãos de repressão. Eram, assim, frequentemente taxados de subversivos, terroristas e facínoras etc. Além disso, muitas vezes seus familiares eram perseguidos e ameaçados por policiais e militares que buscavam saber o paradeiro de seus filhos que se encontraram em constantes fugas para não serem apanhados.

Movimentos políticos

A historiografia que trabalhou sobre os movimentos políticos durante a ditadura tem concentrado suas atenções na participação política dos grupos da classe média, através das manifestações estudantis, de luta armada, movimento institucional e religioso. Os estudos que se dedicam a analisar o aparato repressivo também têm se debruçado sobre a repressão a esses grupos e às suas mobilizações. De fato, esses setores da sociedade participaram intensamente da luta política daquele momento de nossa história, como iremos discutir mais adiante deste relatório. O gráfico abaixo indica isso:

¹² Vale notar que as pesquisadoras Ingrid Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos ao analisarem a militância política, particularmente a feminina, chamam atenção que duas das ex-presas políticas por elas entrevistadas relataram como era difícil, mesmo após a Anistia, assumir o passado de militância, principalmente nos primeiros anos, quando as críticas a suas ações e ao resultado do confronto com o regime começaram a surgir. Assim, a possível dificuldade que os ex- presos políticos têm em assumir a militância política parece vir de longa data. Nascimento, Ingrid, Zeidi Trindade, Maria de Fátima Santos. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.326.

Gráfico 15 – Movimentos políticos mencionados pelos requerentes



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Embora reconheçamos a atuação política desses setores, nosso trabalho propõe ampliar a perspectiva sobre o assunto, já que chamamos atenção também para outras participações que até hoje são pouco exploradas pela bibliografia. Estamos nos referindo aos movimentos sindicais/operário/camponês que também tiveram um papel fundamental na luta política que se travava na época. Se compararmos o número de menções feitas pelos requerentes acerca dos movimentos estudantis, de luta armada, movimento institucional e religioso com as lutas sindicais/operárias/camponesas, veremos que o valor percentual entre esses dois grupos é próximo como mostra o gráfico abaixo. A repressão a esses diferentes setores também foi bem intenso, embora cada um deles tenha sofrido tal ação em momentos cronológicos distintos.

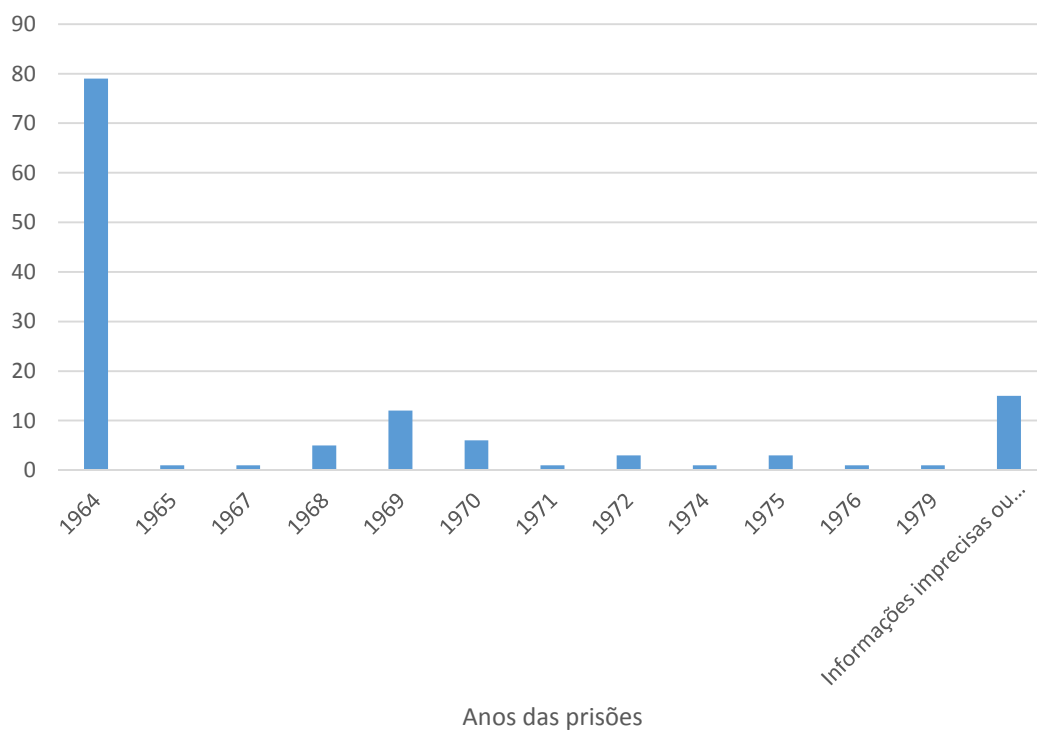


A seguir, iremos analisar alguns desses movimentos políticos assinalados no gráfico. Antes disso, é preciso dizer que a análise quantitativa dos movimentos citados pelos requerentes não foi feita a partir de cada processo, mas sim pelo número de menções feita aos mesmos. Isso porque um mesmo requerente podia citar a participação dos atingidos em mais de um movimento político. Também podia citar a participação dos atingidos em mais de um partido ou organização. Nessas duas situações, as diferentes ações políticas podiam ocorrer de forma simultânea ou em momentos diferentes. Nesse relatório, não iremos fazer tais cruzamentos, pois a análise requer um tempo maior de pesquisa, já que necessita de uma leitura sobre o assunto em cada um dos processos dispostos na planilha geral.

Movimento sindical e operário

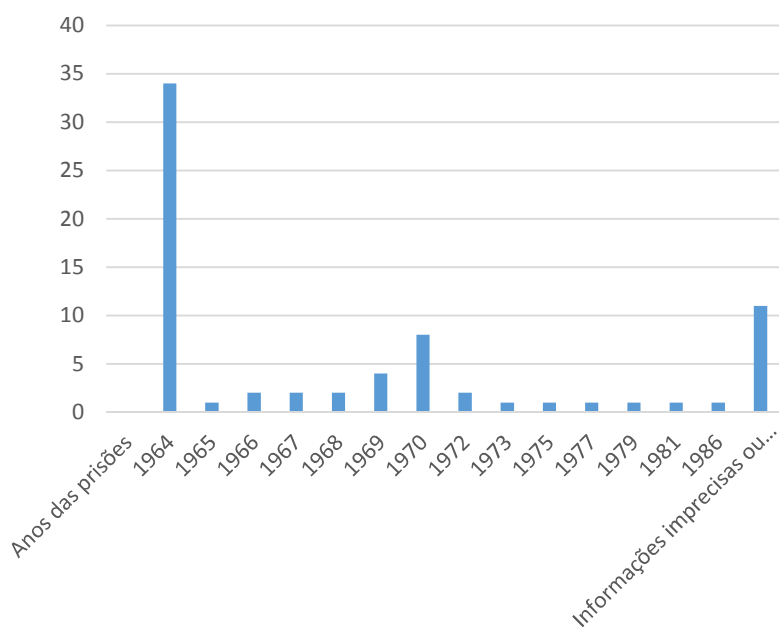
Em 1964, os alvos prioritários do golpe foram os sindicatos, uma vez que o regime militar visava reprimir a política tida como sindicalista do governo João Goulart. Vários foram os bancários, ferroviários, tipógrafos e operários presos. Os gráficos abaixo mostram o alto percentual de prisões realizadas em 1964 a essas categorias sociais.

Gráfico 17 – Movimento sindical - prisões



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Jane

Gráfico 18 – Movimento operário - prisões



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Segundo os estudos sobre o movimento sindical/operário no pós-1964, a repressão às atividades sindicais e a intervenção autoritária do Estado nas instituições de representação dos

trabalhadores em 1964 significaram um recuo na participação política da militância, principalmente em termos de atuação nacional.¹³ Segundo José Ramalho, esse fato desarticulou atividades de resistência operária, e resultou na construção de outras estratégias, mais tímidas e muitas vezes clandestinas para enfrentar os mecanismos de dominação de classe presentes no chão da fábrica.¹⁴ Em relação aos anos 60 pós-golpe, esse autor e os demais pesquisadores que estudam o tema afirmam que o auge das lutas sindicais ocorreu em 1968; ano do primeiro “Milagre brasileiro” (1968-1973). Embora fosse um ano de franco crescimento econômico, a classe operária continuava a “sofrer os efeitos do arrocho salarial e de outras medidas compressivas do nível de vida”, como diz Jacob Gorender.¹⁵ Segundo a historiografia, dois movimentos grevistas surpreenderam a ditadura militar pela organização de base e pela contestação ao Ministério do Trabalho.¹⁶ “Os metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP), embora oriundos de tradições políticas diferentes, representaram, por sua luta, um embrião do sindicalismo militante que viria por se firmar a partir de 1978 no ABC Paulista.”¹⁷

Contudo, a nossa pesquisa notou que o ano de 1968 não configurou o auge do movimento sindical/operário em relação àquela década do golpe. O que se verificou foi uma certa regularidade dessas lutas sindicais e operária no pós-golpe ao longo dos anos 60. Inclusive, no que se refere ao movimento operário houve um leve crescimento dessas lutas e a repressão a elas em 1969. O crescimento mais expressivo foi com relação ao movimento sindical e às prisões de seus integrantes naquele ano. De qualquer forma, tal como em 1968, esses movimentos tinham objetivo de travar uma árdua luta contra política do “arrocho salarial” e contra o regime ditatorial.¹⁸

No que se refere aos movimentos ocorridos nos anos 70, os historiadores quando trabalham o tema dão atenção as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, 1979 e 1980, ocorridas dez anos depois de Contagem e Osasco. Conforme expõe José Ramalho, o movimento teve características que rompiam com uma tradição sindical corporativa instituída a partir dos anos 30, sob a tutela do Estado.¹⁹ Por essa razão, diz o autor, foi denominado “novo sindicalismo” e desafiou o regime ditatorial ao descumprir publicamente a legislação sindical e anti-greve vigente a época, e ao questionar a dependência dos dirigentes sindicais com relação ao Ministério do

¹³ Ramalho, José. “Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: os significados das greves de 1968 em Contagem e Osasco”. In: *1968: 40 anos depois: história e memória*. Fico, Carlos e Araujo, Maria Paula (Orgs). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, P. 142.

¹⁶ Ramalho, José. “Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: os significados das greves de 1968 em Contagem e Osasco”. *Op.cit.* p. 135.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 135.

¹⁸ Idem, *ibidem*. P. 135; Santana, Marco. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil”. In: *1968: 40 anos depois: história e memória*. *Op.cit.*

¹⁹ Ramalho, José. “Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: os significados das greves de 1968 em Contagem e Osasco”. *Op.cit.*

Trabalho.²⁰

Nossa pesquisa registra, entretanto, que havia uma certa regularidade da participação trabalhista e sindical na maior parte dos anos 70, e que além disso, o aumento mais expressivo da atuação operária e prisão de seus integrantes ocorreu em 1970 e 1972.

Pela documentação até o momento analisada, é possível dizer que embora a participação dos trabalhadores e do movimento sindical durante o regime fosse certamente menos expressiva que a dos anos anteriores ao golpe, tais categorias não deixaram de se mobilizar e lutar pelos os seus direitos ou por aquilo que consideravam seus direitos. Assim, a história social dos trabalhadores nessa época também constitui um campo que merece maior aprofundamento nas pesquisas.

Militância estudantil e a luta armada

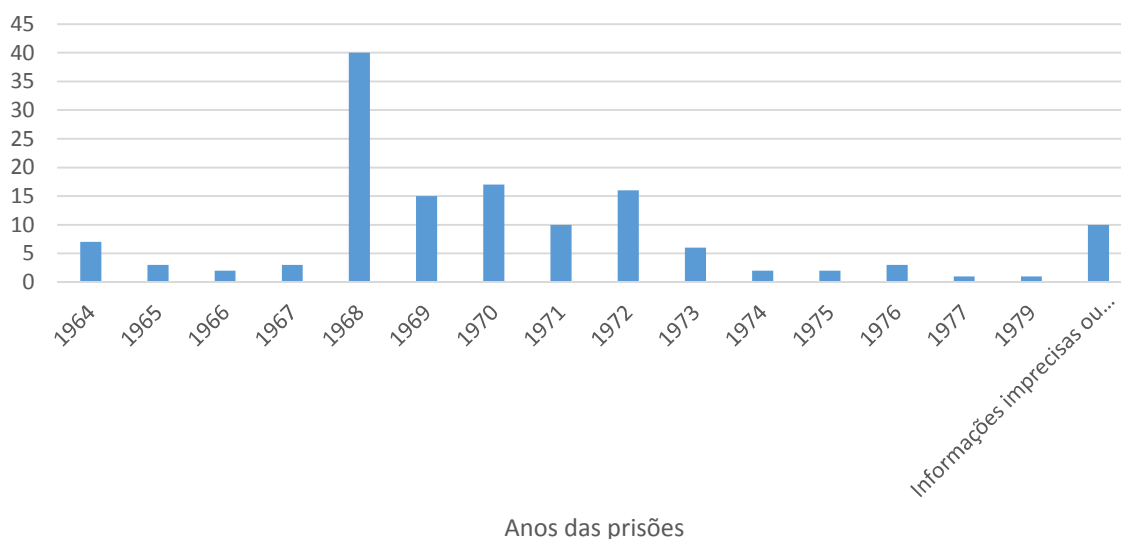
Na segunda metade do século XX, os dois maiores centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), além de outros como Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre, Goiania e Vitória, presenciaram uma mobilização que deu intenso vigor à vida estudantil do país.²¹ Segundo Martins Filho, tudo começou, de certa forma, nos anos de 1962-1964, quando o movimento estudantil universitário se inseriu nas campanhas reformistas do final do período populista.²² Em 1964, com o golpe, as prisões realizadas contra os integrantes das manifestações estudantis de então foram bem menos intensas do que as realizadas contra o movimento operário e sindical naquele mesmo ano. Apesar disso, não deixaram de serem realizadas de forma relativamente regular até 1967, como indica o gráfico abaixo:

²⁰ Idem, ibidem, P. 141

²¹ Nascimento, Ingrid, Zeidi Trindade, Maria de Fátima Santos. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Op.cit.* p, 327.

²² Filho, Martins J.R (Org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998, *Apud* Nascimento, Ingrid, Zeidi Trindade, Maria de Fátima Santos. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Op.cit.*

Gráfico 19 – Movimento estudantil - prisões



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Nos primeiros anos do golpe, as lutas estudantis foram marcadas pela resistência ao projeto de reforma educacional da ditadura e na luta contra a repressão policial-militar por ela fomentada, como lembram Ingrid Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos.²³

Em 1968 os interesses do movimento já não estavam mais voltados apenas para as causas educacionais. A situação interna do país, que dispôs os jovens a exigirem mudanças que difundissem a justiça social a todas as camadas da população, fez com que estes se aproximassem dos mais diversos grupos que também questionavam o regime militar.²⁴

Naquele momento “nunca foi tão perigoso ser estudante no Brasil”, como afirmam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling.²⁵ Em 1968, a notícia da morte do secundarista Edson Luís assassinado pela polícia com um tiro numa manifestação de protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, percorreu o país, “sensibilizou a população e marcou o momento em que a mobilização estudantil se transmutou em movimento social de massa.”²⁶

Vários eventos estudantis de fato marcaram aquele ano. Pela leitura prévia da documentação aqui apresentada, é possível perceber que um dos eventos mais mencionados pelos requerentes é o famoso congresso de estudantes universitários realizado em Ibiúna, em São Paulo em 14 de outubro. A repressão ao congresso golpeou, a fundo a UNE, como lembra Olivia Joffily.²⁷ A União

²³ Nascimento, Ingrid, Zeidi Trindade e Santos, Maria de Fátima Santos. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Op.cit.

²⁴ Nascimento, Ingrid, Trindade, Zeidi e Santos, Maria de Fátima. *Mulheres e militância*. Op.cit.

²⁵ Schwarcz, Lilia e Starling, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. 1.ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 461.

²⁶ Idem, ibidem, p. 461.

²⁷ Joffily, Olivia. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de doutorado, PUC-SP, 2005, p. 85.

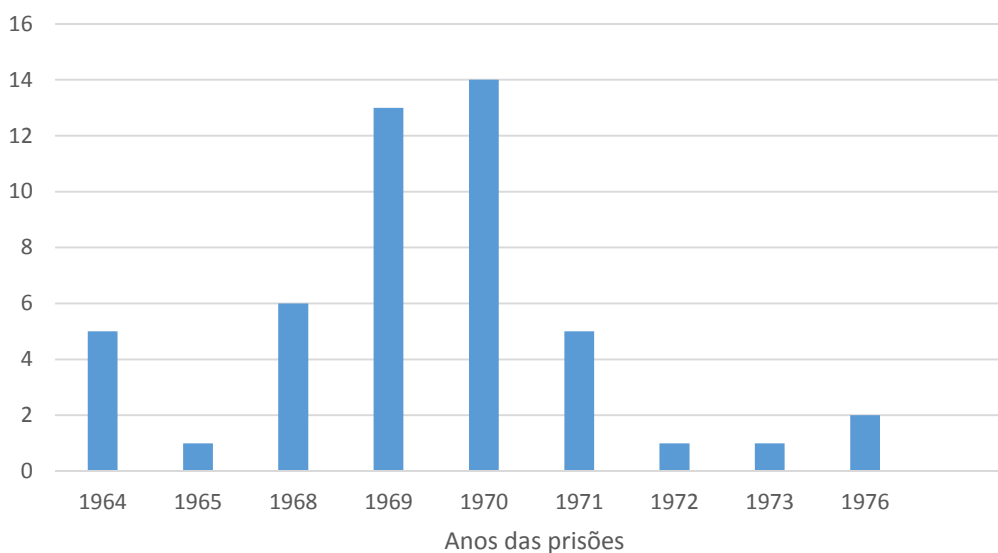
Estudantil de Estudantes de São Paulo organizou o encontro de mais de 700 delegados, confiante num esquema clandestino. A polícia militar chegou no início do debate e prendeu toda a direção estudantil.²⁸ Muitos são os requerentes que relembram aquele momento, a exemplo de Maria da Paz (E_32/1037/0009/2004), então presidente do Diretório Acadêmico da Escola Superior de desenho industrial da UERJ:

Fui presa em Ibiuna/SP em outubro de 68, quando participava do congresso da UNE (...). O congresso foi invadido por tropas da polícia militar e por agentes do DOPS de São Paulo. Depois do cerco policial com tiros para o alto seguido de ordem de prisão, começou o medo que se prolongaria por muitos anos.

Assim, não apenas as manifestações estudantis foram intensas em 1968, como também a atividade repressiva, ganhou expressão no aumento significativo do número de prisões naquele ano.

No ano seguinte, em 1969, as manifestações estudantis e a repressão às mesmas começaram a ter um refluxo. No governo Médici (1969-1974) tal movimento diminuiu consideravelmente. Isso porque, conforme as menções feitas pelos requerentes com relação aos anos de 1969 e 1970, o movimento de luta armada cresceu fortemente, derivando em grande parte do movimento estudantil. Muitos militantes atuaram explicitamente em ações armadas ou participaram de organizações ou partidos políticos que apostaram na luta armada como forma de resistência. O gráfico abaixo diz respeito apenas ao primeiro grupo destacado. A análise do outro grupo será feita a posteriori.

Gráfico 20 – Luta armada - prisões



Fonte: Processos de Pedidos de Reparação ao Estado do Rio de Janeiro

Segundo os requerentes, foi o AI-5 que influenciou os estudantes a passarem a optar pela luta armada como forma de resistência ao regime. Uma das ex-presas políticas²⁹, assim, afirmou:

²⁸ Idem, ibidem, p. 85.

²⁹ Processo E_32/0830/0009/2004 referente à atingida Lavínia Teixeira Borges.

Com o AI 5 o período de terror se instaurou no Brasil. (...) Com o endurecimento do regime se passou a luta armada, a guerra de guerrilha, a guerrilha urbana. Na cabeça de cada estudante existia um sonho, e era esse sonho que alimentava sua alma. Mas era o fim do sonho e o início da luta.

Uma passeata organizada pelo movimento estudantil em 1964 era muito diferente das que foram organizadas em 1968 e 1969. O volume das massas era muito maior. Existia uma organização mais profissional, o nível de conscientização política era maior e a técnica utilizada era a da guerrilha urbana. A partir daí começou-se a ver o exército na Cinelândia, na Av. Rio Branco, e na Presidente Vargas, a cavalo lançando bombas de gás lacrimogênio. Os estudantes revidavam com coquetel molotov. Era a ideia da guerrilha urbana ganhando força (...).

Contudo, como adverte o historiador Carlos Fico, houve atos de guerrilha bem antes de dezembro de 1968.³⁰ A iniciativa mais conhecida, a guerrilha do Araguaia começou a ser preparada em 67³¹. O autor lembra também que a “iniciativa da chamada “guerrilha urbana”- ações armadas praticadas no espaço urbano com o propósito de arrecadar fundos ou preparar uma atmosfera política favorável a conflagração geral-começaram antes do AI-5”, como “assaltos a bancos e os “justiçamentos” de militares estrangeiros”. Mas o historiador chama atenção que se “podemos dizer que o AI 5 não foi causa da opção pela luta armada, é evidente que o recrudescimento da repressão serviu para justificar as ações da esquerda revolucionária”.³² Isso porque, diz o autor, a partir deste decreto, tornou-se mais fácil para as lideranças políticas da esquerda recrutar pessoas para atuar nas ações armadas. A partir de meados da década de 70, há, entretanto, uma queda visível dos atingidos que optaram explicitamente pelas ações armadas (ver o gráfico) devido possivelmente a mudança no movimento de oposição ao regime militar e ao fim da experiência da luta armada contra o regime autoritário na primeira metade dos anos 70.³³

³⁰ Fico, Carlos. “1968: o ano que terminou mal”. *1968: 40 anos depois: História e memória. Op.cit.*

³¹ Gorender, Jacob. *Combate nas trevas. Op.cit.*, p. 108

³² Fico, Carlos. “1968: o ano que terminou mal”. p, 228.

³³ Aquino, Maria Aparecida de. “A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico”. In: Reis, Filho, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2000, p. 283. Bastos, Natalia. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro: Monografia em História, UFRJ, 2004.